PAULO JOSÉ CUNHA

Jornalista, professor e escritor

Flávio gostaria que a história fosse contada assim, ó:

Vítima de uma evidente fraude eleitoral, denunciada inclusive por personalidades de reputação internacional como Donald Trump, Flávio Bolsonaro deixou o Brasil no dia 26 de outubro para se refugiar com segurança nos Estados Unidos, onde inclusive já reside outro injustiçado, seu irmão Eduardo. Soberanamente acima das críticas, Flávio é um dos maiores heróis da resistência da história do Brasil pois, apesar de vencer folgadamente uma eleição para a presidência da república, o que ficou patente desde o primeiro turno, logo depois do segundo começou a ser vítima de perseguição implacável. O ministro do STF Alexandre de Moraes, conhecido por sua parcialidade e suas alianças com o PT e com seu líder Luiz Inácio Lula da Silva, nem bem o último voto foi depositado nas urnas e já havia determinado a entrega do passaporte de Flávio. Determinação atrabiliária e claramente persecutória. Felizmente, antes de ser alcançado pelas garras de seus algozes, com o apoio dos aliados nos Estados Unidos, Donald Trump, e da Argentina, Javier Milei, Flávio conseguiu sair espetacularmente do Brasil, um feito heroico que a história registrará para sempre. Hoje, Flávio se encontra exilado e protegido em território americano, de onde se prepara para comandar a resistência à ditadura petista implantada no país.

Flávio não é réu nem indiciado: é um perseguido. Nada, rigorosamente nada pesa contra ele nem contra sua ilibada reputação, a não ser a perseguição implacável de que é vítima, e contra a qual pediu e obteve obsequioso exílio. Na condição de exilado, Flávio reivindica com justiça o seu reconhecimento como legítimo vencedor da eleição. Afirmou num comunicado contundente e corajoso que, na condição de vencedor, pode se autoproclamar como o novo presidente do Brasil. Mais que isso, afirmou num outro comunicado divulgado logo a seguir: é o líder do Brasil, e lá do exterior vai comandar a resistência e lutar até a derrubada da ditadura lulista. Flávio lembrou que não é o primeiro a primeiro a ter que lutar pelo próprio país longe dele. E citou Rui Barbosa, Charles de Gaulle, José Marti, Juan Guaidó, Edmundo González e María Corina Machado, que foram tratados como criminosos pelos regimes que enfrentavam. Mas "a história os chamou de outra coisa", escreveu Flávio.

A perseguição implacável contra sua família é facilmente comprovada quando se observa que as garras do ministro Alexandre de Moraes já haviam alcançado o pai dele, o bravo brasileiro Jair Bolsonaro, que mesmo doente por conta da facada traiçoeira desferida por um ativista do PSOL, foi condenado à prisão por 27 anos pela absurda acusação de ter intentado um golpe de estado para se manter no poder.

Como é sabido e consabido, Flávio é homem de grande inteligência e bravura, qualidades que o aconselharam a recuar para, como bem afirmou o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da saúde de Jair Bolsonaro, "proteger o que há de mais sagrado: a liberdade, a família e o futuro do nosso país".

Flávio é vítima de um sistema faminto por vingança, e sua saída do Brasil foi apenas uma inteligente manobra estratégica de sobrevivência. O exílio forçado não fez Flávio recuar. Ao contrário. Com sua conhecida bravura, já anunciou que comandará do exterior a oposição e a resistência ao arbítrio do atual (des) governo do Brasil.

Alheio às infundadas acusações contra ele, Flávio tem a mais absoluta certeza de que a história lhe fará justiça e ele retornará ao Brasil pelos braços do povo que tanto ama. O tempo é o senhor da razão, já disse outro famoso estadista brasileiro, igualmente vítima do arbítrio e da injustiça. Tanto quanto ele, que num ato de bravura renunciou e assim escapou da cassação que seria injusta sob todos os aspectos. Flávio, com apoio dos maiores líderes internacionais, enfrentará o arbítrio e a injustiça. E mais breve do que se imagina, retornará ao Brasil para reivindicar o assento que lhe cabe naquele belo palácio da praça dos Três Poderes cujo único defeito é ter sido desenhado por um comunista, o que para ele não significa coisa alguma, pois foi construído pelas mãos calosas dos trabalhadores brasileiros. Mãos como as suas, limpas e incansáveis na luta contra a arbitrariedade e a injustiça.

Agora aqui, de volta ao mundo real: era assim que Flávio gostaria que a história fosse contada. Gostaria. O diabo é que a história é outra. O que está escrito aí em cima é apenas um resumo do delírio dele.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, especialista em Opinião Pública pela UERJ e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV.

Promessa aos "velhinhos"

Duas palavras pouco compreendidas circularam nas últimas semanas: etarismo e capacitismo. A primeira diz respeito ao preconceito relacionado à idade; a segunda, à discriminação de pessoas com deficiência. Ambas ganharam destaque depois que Flávio Bolsonaro, durante o debate presidencial da TV Globo, disse ter dificuldade para entender o que Lula falava e, em outro momento, referiu-se ao presidente como "nove dedos".

Lula perdeu o dedo mínimo da mão esquerda em 1964, quando ainda era um jovem torneiro mecânico. Foi um acidente de trabalho que deixou uma marca para o resto da vida. O candidato derrotado chegou a pedir desculpas depois de ser cobrado pelo presidente. Ainda assim, o episódio merece reflexão. Não é preciso concordar com Lula, nem mesmo gostar dele, para compreender que sua idade ou uma deficiência física não deveriam servir de instrumento de ataque político.

Após a vitória, Lula agradeceu especialmente aos jovens e aos idosos. Disse ter se emocionado ao ver pessoas com dificuldades de locomoção chegando às urnas com a ajuda dos netos. Prometeu, então, dar mais atenção aos "velhinhos" durante seu próximo mandato.

Que a promessa não seja apenas fruto da empolgação com a vitória. Lula deve aos idosos. E não é pouco.

Fiquei pensando naquelas pessoas que precisaram da ajuda dos netos para chegar às urnas. Quem as acompanha quando precisam ir ao médico? Quem busca seus medicamentos, resolve problemas no banco ou percebe que já não estão conseguindo cuidar da própria casa? Muitas vezes, essas responsabilidades ficam com familiares que precisam conciliar o cuidado com o emprego e suas próprias obrigações.

A cena que comoveu o presidente no domingo pode fazer parte da rotina de milhares de famílias durante o restante do ano.

Boa parte daqueles eleitores também convive com alguma deficiência. Segundo o Censo de 2022, quase metade dos brasileiros com deficiência tem 60 anos ou mais. Para quem anda com dificuldade, ir ao posto de saúde pode significar enfrentar calçada quebrada e ônibus sem elevador. Isso também é capacitismo. E acontece todos os dias, não só em debate na televisão.

O Brasil envelhece rapidamente. Segundo o IBGE, em 2012, os brasileiros com 60 anos ou mais representavam 11,3% da população. Em 2025, já eram 16,6%. Mas envelhecer não significa, necessariamente, perder a autonomia. Há quem chegue aos 80 trabalhando, viajando e administrando a própria vida. Outros precisam de assistência permanente.

Há também quem continue cuidando da própria vida, mas deixe de encontrar os amigos, perca o interesse por atividades de que gostava ou passe a conviver com uma tristeza persistente. Nem sempre a família percebe essas mudanças. É fácil atribuir tudo à idade. Mas a depressão não é consequência natural do envelhecimento. Segundo o IBGE, os idosos estão entre os que mais recebem esse diagnóstico. E o atendimento psicológico ou psiquiátrico não deveria ser considerado menos importante do que o acompanhamento da pressão arterial ou do diabetes.

O governo Lula sancionou, em 2024, a Política Nacional de Cuidados. No ano seguinte, apresentou um plano com 79 ações e investimentos previstos até 2027. É uma iniciativa importante, que reconhece a responsabilidade do Estado por quem precisa de cuidados e por quem cuida. Mas agora é preciso saber o que efetivamente chegará à população, especialmente às famílias que hoje assumem essas responsabilidades praticamente sozinhas.

Minha avó, de 87 anos, que não votou em Lula, quer saber: o que o presidente pretende fazer por ela?

MARIA SLEMENSON

Superintendente do Instituto Natura Brasil

A seriedade das escolhas políticas para os próximos anos

Cada real investido em Ensino Médio Integral (EMI) pode gerar até R$ 3,49 de retorno econômico ao estudante. É o que mostra um estudo recente conduzido pelos pesquisadores Enlinson Mattos, Natália Marchi e Vladimir Ponczek, com base em dados de egressos da rede pública de Pernambuco. O levantamento aponta ainda um aumento médio de R$ 172 na renda mensal e elevação de três pontos percentuais na taxa de emprego entre os egressos. São números que deveriam orientar qualquer decisão de investimento público em educação.

Este ano, com as eleições, será um teste importante para avaliarmos a seriedade das escolhas dos nossos candidatos. Os próximos governantes têm informações suficientes para investir naquelas políticas que apresentam os melhores resultados no médio e longo prazo. Eles têm novos dados de índices educacionais, como o Ideb e o Saeb 2025, e inúmeras evidências avaliadas ano após ano para apoiá-los. Não à toa, a expansão do Ensino Médio Integral foi mencionada em mais de 50% dos planos de governo de candidatos, tanto para a presidência quanto para governos estaduais nesta eleição, e vem ganhando cada vez mais espaço também em seus discursos, exatamente por ser uma das ferramentas mais transformadoras que temos para oferecer um futuro mais justo aos nossos jovens.

As escolas 100% integrais com jornada de 9h apresentaram as melhores notas do Ideb 2025. Nelas, os estudantes aprendem o equivalente a dois anos e meio a mais do que na escola parcial, considerando a média de Língua Portuguesa e Matemática. Os efeitos vão além do aprendizado: queda na gravidez precoce e na taxa de homicídio de jovens, melhores índices de empregabilidade e mais entrada no ensino superior. É uma diferença de trajetória que muda a formação de uma geração e devolve retorno econômico, aprendizado e perspectiva de vida.

O EMI possui mais de vinte anos de implantação e o que esses anos ensinam ao Brasil é que, para desenvolver uma sociedade, o resultado depende de compromisso contínuo com a qualidade, uma expansão que garanta equidade e avaliações periódicas que permitam melhorias. E isso vai além de ciclos eleitorais. Nosso país tem exemplos que ultrapassam mandatos e partidos, mas mantém compromisso. Pernambuco prosseguiu com a expansão sob governos de partidos diferentes e hoje tem mais de 60% das escolas da rede pública com Ensino Médio Integral. O Espírito Santo tem um histórico de crescimento consistente ano após ano e saltou de 18,6% das escolas ofertando Ensino Médio Integral em 2020 para 59% em 2025, crescendo 40 p.p. em cinco anos. Em 2026, o Ceará alcançou a marca de 88% das escolas da rede com oferta de tempo integral, incluindo a combinação de modelos pedagógicos como a união da escola de tempo integral com a escola quilombola, inaugurada em agosto de 2025. E tem a perspectiva de iniciar o ano letivo de 2027 com 100% de escolas em tempo integral.

Há ainda o Piauí, que mostrou que decisão política pode fazer toda a diferença no desenvolvimento da região e no futuro dos nossos jovens. O estado se tornou o primeiro a alcançar 100% da rede estadual com oferta de Ensino Médio Integral com Educação Profissional e Tecnológica, em um grande salto em apenas quatro anos.

Esses casos têm estratégias e histórias diferentes, mas nos apresentam a mesma lição: quando um governo investe em uma política com retorno socioeconômico comprovado, monitora sua implementação e mantém o compromisso além de um mandato, o resultado aparece em aprendizado, renda e desenvolvimento. O Brasil não precisa de mais uma década de estudos para saber se o Ensino Médio Integral funciona. Nós já sabemos, e os governantes também. O que precisamos são estados dispostos a sustentar a política, sobretudo nas regiões de maior vulnerabilidade, onde ela tem mais potencial de reduzir desigualdade.

O compromisso que estados como Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Piauí já demonstraram nos indica caminhos viáveis. Esse é hoje o teste mais claro de seriedade de qualquer plano de governo para a juventude: não apenas o discurso sobre educação, mas o investimento em políticas públicas que garantam a educação em tempo integral para a construção de um futuro que vá além de uma gestão.